

Estudo sobre o impacto pedagógico, económico e cultural da implantação em Portugal de um sistema de empréstimo de manuais escolares

ORE – Observatório dos Recursos Educativos

Janeiro de 2011

ÍNDICE

1. Enquadramento

2. Breve abordagem da situação espanhola

3. Análise comparativa dos encargos financeiros para o Estado

4. Dados complementares

4.1. Quotas de mercado dos editores em 2010

4.2. Evolução do número de manuais apresentados para adopção

4.3. Número de livrarias que vendem manuais escolares e sua distribuição geográfica

5. Conclusões e considerações finais

Anexos

1. ENQUADRAMENTO

Assistiu-se ultimamente, em nome da efectiva gratuitidade e universalidade do ensino obrigatório, ao lançamento de algumas iniciativas políticas com vista à criação de um programa de empréstimo de manuais escolares.

Sempre atento aos múltiplos aspectos que condicionam a situação dos recursos educativos em Portugal, e constatando a não existência, entre nós, sobre esta matéria, de qualquer trabalho sistemático e credível, o ORE – Observatório dos Recursos Educativos elaborou relativamente à mesma o presente estudo. Nele abordam-se os principais pressupostos, variáveis e consequências inerentes a uma aplicação no nosso país do programa em causa em alternativa ao actualmente vigente. Este último, recorde-se, deixando, em princípio, às famílias os encargos com os custos dos manuais, apoia, todavia, através do SASE (Serviço de Acção Social Escolar), as que são mais carenciadas.

Visando-se, pois, a equidade, importa apurar dentro de que medida o sistema de empréstimo pode cumprir na realidade os princípios e as finalidades invocados para a sua introdução, designadamente em termos de justiça social, confrontando-se complementarmente este aspecto com a imprescindível ponderação das dimensões pedagógicas e culturais que nele estão implícitas. Acresce que, vivendo o país uma situação de aguda crise económica e financeira, se torna incontornável a acuidade de uma reflexão fundamentada sobre a correlação entre os custos e os benefícios da eventual adopção de um programa de empréstimo.

Para o efeito:

- i) compilaram-se algumas das conclusões de uma exaustiva avaliação empreendida recentemente pela Universidade de Santiago de Compostela sobre a diversidade de sistemas adoptados pelas diferentes autonomias do país vizinho;
- ii) elaborou-se uma projecção da evolução comparada, nos próximos cinco anos, dos custos para o Estado inerentes ao sistema actualmente em vigor e ao sistema de empréstimo;
- iii) organizaram-se os dados referentes à situação do mercado livreiro, na sua dupla componente de produção e distribuição.

Espera-se, deste modo, dar um contributo para a fundamentação de um debate que, estimulante quanto às suas premissas, permanece, contudo, em aberto e, muitas vezes, por força da ausência de referenciais científicos, demasiadamente no plano das convicções prévias e do senso comum.

2. BREVE ABORDAGEM DA SITUAÇÃO ESPANHOLA

Sendo do conhecimento generalizado que o sistema de empréstimo está há muito implantado em países como a Alemanha ou a França por razões de ordem histórica que se prendem com a experiência traumática da 2.^a Guerra Mundial, procurámos perceber uma realidade que nos é muito próxima geográfica e culturalmente, como é o caso de Espanha. Com efeito, este país começou a adoptar, a partir do ano 2000, mecanismos institucionais com vista a assegurar o acesso generalizado aos livros escolares no cumprimento da coerência com o princípio da gratuitidade do ensino.

Aconteceu, porém, que, no quadro das autonomias, foram adoptados modelos diversos, designadamente o das ajudas directas, mais ou menos extensivas, e o de empréstimo. A título exemplificativo, refira-se que enquanto Castela-La Mancha, Aragão, Andaluzia e Galiza implantaram o segundo sistema, já as Astúrias, Cantábria e a Comunidade Valenciana instauraram o primeiro. Entretanto, a Universidade de Santiago de Compostela divulgou um estudo exaustivo – sectorial, integrado e comparativo – resultante da avaliação e ponderação desses mesmos modelos e do seu real desenvolvimento (“Evaluación del Sistema de Gratuidad de Libros de Texto”, Universidade de Santiago de Compostela/Unidade de Psicologia do Consumidor e Usuário, Janeiro-Fevereiro 2008). Foram essencialmente consideradas as seguintes dimensões: custos para os governos regionais, implicações sociais para as famílias, impacto nas editoras e livreiros, consequências pedagógicas.

Aqui ficam algumas das principais considerações e conclusões:

– Aspectos pedagógicos

Pressupostos:

No sistema de empréstimo, valoriza-se o desenvolvimento do sentido da responsabilidade social e da partilha; no sistema de ajuda directa, acentua-se a importância de se fomentar a relação de posse entre a criança ou o jovem e o livro no que isso representa de estímulo do gosto relativamente a um instrumento decisivo para a formação pessoal e o progresso cultural.

Conclusões apuradas:

- ✓ Enquanto o empréstimo incrementa o uso de fotocópias para se facilitar o trabalho dos alunos sempre que se trata de fazer revisões, o apoio directo não gera aqui qualquer consequência em termos de procura das fotocópias.
- ✓ De uma forma geral, os professores constataam ainda que, com o sistema de empréstimo, há uma significativa quebra dos índices de interesse e motivação dos alunos.

– Aspectos sociais

Pressupostos:

Ambos os sistemas procuram assegurar integralmente a gratuidade do livro escolar.

Conclusões apuradas:

- ✓ As crianças mais desfavorecidas tendem a ser aquelas que, por razões atinentes aos respectivos contextos de vida, mais danificam os livros e que, por isso, no sistema de empréstimo, poderão ver cair sobre as suas famílias os custos mais elevados pela perda de cauções ou o pagamento de indemnizações, enquanto as crianças de meios mais favorecidos, se se vincularem ao empréstimo, passarão a tendencialmente não pagar estes materiais, contraste que não deixa de se tornar um paradoxo.
- ✓ Acresce ainda que os benefícios relativos das famílias não são evidentes: uma família valenciana despende em manuais escolares uma média de 18,64 € a que se adicionam 117 € de ajuda do Governo; por seu turno, em autonomias com o sistema de empréstimo, uma família de Aragão gasta 62,44 € e uma família da Andaluzia chega aos 106,45 €. Isto é, apesar do princípio de acesso gratuito aos livros, as famílias de crianças que usufruem do sistema de empréstimo acabam por gastar quantias muito significativas na aquisição de compêndios.
- ✓ Editores e livreiros. O sistema de empréstimo gera instabilidade e prejuízos nestes agentes económicos, com consequências nefastas no emprego, na dinamização cultural de núcleos populacionais mais pequenos e na capacidade de investimento e inovação das empresas editoriais.

- ✓ Impactos financeiros para o Estado. Como um sistema de empréstimo implica a renovação dos livros disponíveis, de uma forma geral, todos os quatro anos, mas, em diversos casos específicos, todos os anos, como acontece com os primeiros anos de escolaridade e ainda com os livros de línguas, para além de reposições por danos e perdas, ressaltam os seguintes resultados comparativos verificados no ano de 2005-2006, no que se refere ao rácio da despesa do Estado por aluno: Galiza, Castela-La Mancha e Aragão (comunidades com empréstimo), média de 98,2 €; Astúrias e Cantábria (comunidades com apoio directo às famílias), 102,6 €. Regista-se, por conseguinte, uma diferença mínima de cerca de 4 € por aluno.

No que interessa para o caso português, importa ressaltar que, na comparação do sistema de empréstimo com o do apoio directo presente no estudo da Universidade de Santiago de Compostela, se verifica que, contrariamente a um juízo mais superficial, aquele demonstra continuar a onerar as famílias, agravando mesmo as injustiças sociais, ao mesmo tempo que tem custos significativamente muito elevados para o erário público, mesmo quando é confrontado com os encargos de um sistema financeiramente exigente, como é o do apoio directo e generalizado.

3. ANÁLISE COMPARATIVA DOS ENCARGOS FINANCEIROS PARA O ESTADO

Ano	Cenário actual - SASE				Cenário de empréstimo						Diferencial	
	Valor anual		Valor acumulado		Valor anual		Valor acumulado				Diferença anual	Diferença acumulada
	Custo manuais	Custo logístico A *			Custo manuais de empréstimo ***	Custo manuais com reposição obrigatória ****						
	(1)	(2)	(3) = (1)+(2)	Σ (3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8) = (4)+(5)+(6)+(7)	Σ (8)	(9)	Σ (9)
2011	31.187.352 €	1.998.360 €	33.185.712 €	33.185.712 €	104.146.832 €	- €	- €	21.198.060 €	125.344.892 €	125.344.892 €	92.159.180 €	92.159.180 €
2012	31.811.099 €	2.038.327 €	33.849.426 €	67.035.138 €	21.245.954 €	17.720.308 €	33.557.650 €	21.622.021 €	60.588.283 €	185.933.174 €	26.738.857 €	118.898.037 €
2013	32.447.321 €	2.079.094 €	34.526.414 €	101.561.552 €	19.503.785 €	14.320.780 €	20.376.853 €	22.054.462 €	55.879.027 €	241.812.201 €	21.352.613 €	140.250.649 €
2014	33.096.267 €	2.120.676 €	35.216.943 €	136.778.495 €	22.060.082 €	10.884.921 €	18.863.486 €	22.495.551 €	55.440.553 €	297.252.755 €	20.223.611 €	160.474.260 €
2015	33.758.192 €	2.163.089 €	35.921.282 €	172.699.776 €	22.545.474 €	11.102.619 €	- €	22.945.462 €	56.593.555 €	353.846.310 €	20.672.274 €	181.146.534 €

Variáveis	Descrição	Pressupostos
Económicos	2%	Taxa de inflação
Todos os valores actualizados à taxa de inflação anual média (2%)		
* Custo logístico A		
1	Funcionário da secretaria - Assistente Técnico	Funcionários administrativos envolvidos por escola
2	N.º de meses de alocação	Dedicação quase exclusiva ao regime de empréstimo
854 €	Valor mensal considerado (Bruto)	Funcionário da categoria Assistente Técnico do 8º escalão (Tabela DGAEP 2009)
** Custo logístico B		
1	Nº de Professores considerados	Professores envolvidos por escola
2	N.º de meses de alocação	Dedicação quase exclusiva ao regime de empréstimo
2.227 €	Valor mensal considerado (Bruto)	Professor do 8.º escalão
2	Funcionários indiferenciados considerados	1 Assistente Técnico a tempo inteiro + 1 Assistente Técnico por período de 2 meses
7	N.º de meses de alocação	Valor médio (12 meses + 2 meses)
854 €	Valor mensal considerado (Bruto)	Funcionários da categoria Assistente Técnico do 8º escalão (Tabela DGAEP 2009)
1.170	N.º de agrupamentos considerado	Nº de Escolas EB1, EB2 e EB3
Custo Manuais		
***	20%	Taxa de reposição no ano seguinte à aquisição
***	2%	Taxa de redução da reposição nos anos seguintes
****		Manuais com reposição obrigatória anual
		2 em cada 10 alunos não devolvem os manuais
		Sucesso da preservação dos manuais emprestados (variação anual constante)
		Todos os anos terão que ser repostos os manuais que, por razões pedagógicas contêm espaços para escrever, nomeadamente os dos 1º e 2º anos de escolaridade e os de ensino das línguas estrangeiras. A este valor foi retirado o custo referente aos manuais em adopção em cada ano que já obrigam a uma substituição (coluna 6).

Quadro I – Análise comparativa dos encargos financeiros para o Estado da aplicação de um sistema de empréstimo de manuais escolares ao Ensino Obrigatório (1.º ao 9.º ano de escolaridade)

Da análise da projecção, em Portugal, do impacto financeiro que o sistema de empréstimo aplicado aos alunos do 1.º ao 9.º ano poderá desencadear face ao modelo em vigor (Quadro I), destacam-se as seguintes conclusões:

- ✓ Valor relevante é o custo de 104 milhões de euros que o Estado teria de suportar, logo no primeiro ano, para o modelo de empréstimo arrancar de uma forma universal e na expectativa de que haverá uma devolução generalizada de livros em bom estado. Este valor poderia ser inferior caso se optasse por uma solução de “bolsa de empréstimo de manuais escolares”, a qual, contudo, não poderia ser aplicada à transversalidade das escolas e dos alunos, nem ser um modelo obrigatório, mas sim uma opção (como, aliás, já actualmente acontece em algumas escolas).
- ✓ Para além do custo inicial acima referenciado, contemplaram-se os custos de reposição dos livros que não sejam devolvidos por razões de perda, roubo ou não entrega, obrigando o Estado a disponibilizar o correspondente valor. O pagamento de uma caução por parte do aluno de valor a definir por aproximação ao preço do livro prevê-se de difícil cobrança, sobretudo no caso de alunos desfavorecidos.
A taxa de reposição, que no nosso estudo foi considerada de 20% no ano de início do período em análise, observa uma redução anual de 2 pontos percentuais (p.p.), dado que consideramos haver, previsivelmente, nos anos seguintes, uma consciencialização da sociedade e um maior cuidado na preservação e qualidade dos manuais.
- ✓ Para além dos custos atrás referidos, terão de ser considerados os que são implicados pela reposição obrigatória. Com efeito, todos os anos terão de ser substituídos os livros que, por razões pedagógicas, contêm espaços para escrever, nomeadamente, os dos 1.º e 2.º anos de escolaridade e de ensino das línguas estrangeiras, especificidades que estão em vigor de acordo com a alínea a) do n.º 6 do anexo ao Despacho n.º 29 864/2007 do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Educação, publicado no *Diário da República* 2.ª série – n.º 249, de 27 de Dezembro de 2007.
- ✓ Os custos de manuais em ano de adopção terão forçosamente de ser também considerados de forma a garantir-se uma acção educativa eficaz, cujos princípios estão, aliás, claramente previstos nos n.º 4, 5, 6, 7, 8 e 9 do anexo ao Despacho n.º 15 285-A/2010 do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Educação, publicado no *Diário da República* 2.ª série – n.º 196, de 8 de Outubro de 2010.
- ✓ No cenário actual, os custos logísticos inerentes à disponibilização de manuais ao abrigo do programa SASE reportam-se especialmente aos recursos humanos utilizados pela escola para apoio administrativo, enquanto que para o modelo de empréstimo teria de ser criada uma equipa de trabalho com a incumbência de conceber, gerir e executar a complexidade dos respectivos processos de apoio logístico.

Teremos, assim, de considerar novos custos, a acrescer aos actuais implícitos nos recursos associados ao SASE, os quais deverão continuar a existir. Novos custos serão os decorrentes das seguintes operações até aqui inexistentes:

- ✓ levantamento das necessidades de livros para todos os alunos;
- ✓ manutenção e vigilância do espaço de recolha e do respectivo processo logístico;
- ✓ inspecção minuciosa da qualidade dos manuais devolvidos;
- ✓ activação dos correspondentes procedimentos no caso de livros danificados ou não devolvidos;
- ✓ recepção e conferência dos livros encomendados no início e durante o ano lectivo, por necessidades extraordinárias decorrentes da transferência de alunos ou da falta de materiais por perda ou roubo.

No sistema de empréstimo, terão ainda de ser considerados os custos administrativos – comunicações, materiais de escritório, notas de encomenda, etc. –, os encargos com o armazenamento e gestão de stocks e os custos de manutenção e/ou das obras de adaptação do espaço disponibilizado para a manutenção de todo o processo. Valores que serão, certamente, muito significativos e que não estão reflectivos neste estudo.

4. DADOS COMPLEMENTARES

Breves comentários

Apresentamos, agora, informações relacionadas com o sector editorial e livreiro, que são complementares, mas importantes, no contexto deste estudo.

4.1. Quotas de mercado dos editores em 2010

Ano de Escolaridade	Editora	Grupo Editorial	Quota de Mercado
1.º ano ⁽¹⁾	Porto Editora	Grupo PE	28,80%
	Texto Editores	Grupo Leya	25,09%
	Gailivro	Grupo Leya	17,88%
	Areal Editores	Grupo PE	17,44%
	Santillana	Prisa	4,98%
	Lisboa Editora	Grupo PE	3,67%
	Livro Directo	----	2,14%
5.º ano ⁽²⁾	Porto Editora	Grupo PE	39,58%
	Areal Editores	Grupo PE	21,12%
	Texto Editores	Grupo Leya	12,23%
	Santillana	Prisa	8,66%
	Asa Editores	Grupo Leya	5,80%
	Lisboa Editora	Grupo PE	4,62%
	Longman	Pearson	2,54%
	Sebenta	Grupo Leya	2,53%
	Oxford UP	OUP	1,90%
	Express Pub.	----	0,83%
	Didáctica	----	0,16%
	Cambridge	----	0,03%
10.º ano ⁽³⁾	Porto Editora	Grupo PE	59,18%
	Texto Editores	Grupo Leya	12,77%
	Lisboa Editora	Grupo PE	10,74%
	Santillana	Prisa	8,51%
	Areal Editores	Grupo PE	5,19%
	Asa Editores	Grupo Leya	3,49%
	Plátano	----	0,12%

(1) - Disciplinas de Estudo do Meio e Matemática

(2) - Disciplinas de Inglês, História e Geografia de Portugal, Ciências da Natureza e Matemática

(3) - Disciplinas de Português, Matemática A, Matemática B e Matemática Aplicada às Ciências Sociais (MACS)

Fonte: Base de Dados da DGIDC - Ministério da Educação (cálculos efectuados pelo ORE)

Quadro II – Quotas de mercado dos editores presentes nas adopções para o ano lectivo 2010-2011 (e seguintes)

No respectivo quadro mostra-se a distribuição das quotas de mercado resultantes do pretérito período de adopções (ano lectivo de 2010-2011). Nele é possível constatar a presença de vários grupos editoriais, portugueses e estrangeiros. Uma recessão deste mercado em Portugal acarretaria certamente uma fragilização das empresas portuguesas e a ocupação massiva do espaço editorial pelos grupos estrangeiros.

4.2. Evolução do número de manuais apresentados para adopção

Ciclo	Ano de Escolaridade	Disciplinas	Nº de Títulos e ano de adopção		Nº de Títulos e ano de nova adopção	
1.º Ciclo	1.º ano	Estudo do Meio	14	2008	7	2010
		Matemática	15	2008	7	2010
	3.º ano	Matemática	16	2006	7	2010
2.º Ciclo	5.º ano	Inglês N1	16	2005	12	2010
		Hist. Geog. Portugal	9	2005	10	2010
		Ciências da Natureza	9	2005	9	2010
		Matemática	11	2005	9	2010
3.º Ciclo	7.º ano	Matemática	13	2007	10	2010
TOTAL			103	-----	71	2010

Fonte: Comissão do Livro Escolar da APEL

Quadro III – Número de títulos apresentados a adopção em 2010 (comparativo com adopção anterior)

Da leitura do quadro referente a este tópico destaca-se o afunilamento editorial que se vem percebendo nos últimos anos, o qual, se continuar, pode comprometer a diversidade e a concorrência, importantes enquanto estímulos à promoção da qualidade e da inovação. Sobretudo a partir da aprovação da actual legislação que regula a edição escolar (Lei n.º 47/2006), nota-se uma redução efectiva do número de livros escolares propostos à adopção pelos professores, em particular no 1.º Ciclo, resultado dos constrangimentos introduzidos. A maior regulação que a referida lei trouxe ao sector poderá ter contribuído para que editoras de menor dimensão não encontrassem espaço para apresentar os seus projectos e, ao mesmo tempo, as editoras de maior dimensão limitassem as suas apostas editoriais.

4.3. Número de livrarias que vendem manuais escolares e sua distribuição geográfica

DISTRITOS e REGIÕES AUTÓNOMAS	Nº de livrarias que vendem manuais escolares
Aveiro	164
Beja	31
Braga	134
Bragança	39
Castelo Branco	58
Coimbra	94
Évora	49
Faro	81
Guarda	46
Leiria	97
Lisboa	366
Portalegre	33
Porto	350
Santarém	102
Setúbal	162
Viana do Castelo	47
Vila Real	45
Viseu	94
Açores	24
Madeira	30
TOTAL NACIONAL	2.046

Quadro IV – N.º de livrarias que comercializam manuais escolares (estimativa)

O quadro correspondente a este item permite constatar a existência de um número relevante de livrarias que vendem manuais escolares e a sua distribuição pelo país. Estas correrão elevados riscos de encerramento com a implementação de um sistema de empréstimo de manuais escolares. Entretanto, a esmagadora maioria delas cumpre a importante função social de assegurar o acesso a bens culturais por parte de populações mais afastadas dos centros urbanos, função que ficará naturalmente comprometida se a sua viabilidade económica for posta em causa.

No domínio concreto da educação escolar, um encerramento destas livrarias não permitiria também às famílias dos alunos a aquisição de outros livros, importantes para o desenvolvimento complementar de hábitos de leitura e de consulta, ao mesmo tempo que os professores, sobretudo aqueles que leccionam em zonas mais remotas, veriam agravadas as suas condições de trabalho e de acesso aos livros e revistas enquanto instrumentos de cultura essenciais.

5. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

- ✓ É fundamental, no caso português, quando se preparam decisões sobre a matéria objecto do presente estudo, que se considerem as conclusões, cientificamente verificadas em Espanha, país vizinho que adoptou diferentes sistemas num período recente, o que já permitiu uma avaliação comparativa concludente. Consta-se, desde logo, inclusive com dados porventura surpreendentes para muitos observadores em termos de encargos para o Estado, e mesmo de custos que em média as famílias continuam a suportar, que quaisquer decisões a ser tomadas não poderão assentar, sem mais, nem em convicções ideológicas, nem em aproximações a universos sócio-culturais historicamente demasiado distantes do nosso. Nos países destes universos, um nível de vida significativamente superior permite, para além de outros aspectos, a aquisição generalizada e elevada, pelas famílias, de recursos educativos complementares.
- ✓ Da adopção do sistema de empréstimo resulta a constatação de um aumento relativo dos encargos do Estado com a aquisição de manuais, se, como resulta da projecção feita, os compararmos com os custos decorrentes do sistema em vigor. Situação que se torna mais grave e preocupante num período crítico da economia e das finanças do país.
- ✓ O trabalho e demais encargos inerentes à logística do empréstimo são significativamente elevados. O eventual recurso a uma afectação supletiva de docentes para o funcionamento destes serviços acarretará também, necessariamente, prejuízos na qualidade do seu desempenho pedagógico. No estudo espanhol aqui referenciado, por exemplo, constata-se que o tempo despendido no sistema de empréstimo é três vezes superior ao do apoio directo.
- ✓ O impacto no mercado livreiro, dada a sua relevância cultural, sobretudo em meios mais isolados, não pode ser descurado, designadamente quando se implementam políticas decisivas de promoção da leitura. Importa igualmente salvaguardar a viabilidade das editoras nacionais no contexto de uma concorrência cada vez maior com congéneres estrangeiras e de estímulo à inovação.
- ✓ Em Portugal, como se verificou noutro estudo do ORE, os manuais escolares constituem frequentemente o único acervo bibliográfico disponível nos lares dos alunos, sendo mesmo utilizados pelos seus familiares como património cultural e um recurso que, com o sistema de empréstimo, desapareceria em larga medida precisamente das casas dos agregados mais pobres.

- ✓ A implementação do sistema de empréstimo poderá acarretar um outro agravamento da discriminação negativa dos alunos mais carenciados, dado que se estes danificarem os livros, inclusive por disporem de condições desfavoráveis para a sua preservação, ficam sujeitos à perda das respectivas cauções. A alternativa será um aumento suplementar dos encargos do Estado.
- ✓ Ainda no capítulo das discriminações, importa considerar a forte possibilidade de se repetir no nosso país a experiência traumática de outros países que acontece quando os alunos mais desfavorecidos passam a se distinguirem precisamente por utilizarem livros usados enquanto os oriundos de famílias com mais posses, apesar do empréstimo, na prática frequentemente continuarão a adquirir livros novos.
- ✓ Pedagogicamente, o sistema de empréstimo traz consigo alguns prejuízos pedagógicos não negligenciáveis, tais como a necessidade de recurso a fotocópias sempre que houver lugar a revisões ou ao estudo de matérias não cumpridas no ano anterior, a par de não fomentar uma relação forte da criança com o livro e de privar muitas famílias dos únicos livros que, apesar de tudo, existiriam em sua casa com a aplicação de outros sistemas.

Em termos pedagógicos e de potenciais discriminações, destacam-se ainda duas situações concretas:

- ✓ Programas curriculares e exames por ciclo: o sistema de empréstimo prejudica a preparação e recuperação dos alunos socialmente desfavorecidos. Estes serão os mais prejudicados, pois os outros poderão adquirir manuais ou livros específicos que os ajudem a preparar-se para os exames ou a recuperar matérias de anos anteriores.
- ✓ Aulas e programas de recuperação para alunos com dificuldades de aproveitamento e que não podem ser retidos sem o desenvolvimento de programas de recuperação: sendo os programas por ciclo, em muitos casos, o trabalho de recuperação implica o estudo de matérias de anos anteriores, basilares para a aprendizagem de matérias subsequentes – na Matemática esta situação é frequente. Mais uma vez, esses planos de recuperação e o esforço que os alunos terão que fazer em casa serão prejudicados se houver falta dos manuais dos anos anteriores. Este importante inconveniente foi detectado no estudo espanhol referido.

ANEXOS

Ano de Escolaridade	Manuais		Alunos ^{d)}	Valores
	Preço médio ^{c)}	Número		
				Manuais
1.º ano	7,61 €	3	115.764	2.641.734 €
2.º ano	8,22 €	3	131.458	3.240.440 €
3.º ano	9,15 €	3	123.602	3.392.875 €
4.º ano	10,11 €	3	125.596	3.809.327 €
5.º ano	16,46 €	8	129.513	17.052.977 €
a) 6.º ano	17,55 €	6	127.119	13.381.817 €
7.º ano	19,13 €	12	125.759	28.861.691 €
8.º ano	17,11 €	8	109.700	15.015.736 €
b) 9.º ano	17,38 €	9	107.085	16.750.236 €
TOTAIS				104.146.832 €

Valor orçamentado para apoio SASE em 2010 (1.º ano ao 12.º ano)	40.767.780 €
Valor estimado para o Ensino Básico (75%)	30.575.835 €
Peso relativo do valor do apoio do SASE no valor dos manuais do ensino básico	29,4%

Quadro V – Valor do mercado dos manuais para o ensino básico (2010)

Ano de Escolaridade	Nº de disciplinas com manuais com espaços para escrever	Preço médio ^{c)}	Alunos ^{d)}	Valor investimento nas disciplinas com espaços para escrever
1.º ano	3	7,61 €	115.764	2.641.734 €
2.º ano	3	8,22 €	131.458	3.240.440 €
3.º ano	0	9,15 €	123.602	- €
4.º ano	0	10,11 €	125.596	- €
5.º ano	1	16,46 €	129.513	2.131.622 €
6.º ano	1	17,55 €	127.119	2.230.303 €
7.º ano	2	19,13 €	125.759	4.810.282 €
8.º ano	2	17,11 €	109.700	3.753.934 €
9.º ano	2	17,38 €	107.085	3.722.275 €
TOTAIS				22.530.589 €

Quadro VI – Valor do mercado dos manuais das disciplinas
com espaços para escrever (2010)

Ano de Escolaridade	2011	2012	2013	2014	2015
1.º ano					
2.º ano					
3.º ano		3.460.732 €			
4.º ano			3.963.223 €		
5.º ano					
6.º ano					
7.º ano		29.438.924 €			
8.º ano			15.622.372 €		
9.º ano				17.775.484 €	
TOTAIS		32.899.657 €	19.585.595 €	17.775.484 €	- €

Quadro VII – Valor das disciplinas em adopção para cada ano

Notas aos Quadros V, VI e VII (págs. 12 e 13):

a) Não foram considerados os livros de EVT e EF para o cálculo dos valores referentes ao 6.º ano por serem livros para 2 anos num só volume (5.º e 6.º ano), adquiridos no 5.º ano;

b) Considerada a disciplina de TIC no 9.º ano;

c) Valores calculados com base nos PVP's dos manuais dos editores referentes às disciplinas em vigor;

d) O número de alunos é baseado nas últimas estatísticas disponíveis - INE 2010 - e reportam-se às matrículas de 2008;

e) O valor dos manuais que incluem espaços para escrever refere-se aos 1.º e 2.º anos de escolaridade e ao ensino das línguas estrangeiras;

Todos os valores actualizados à taxa de inflação anual média (2%), incluído IVA à taxa de 6%.